

INTERVENÇÕES SOBRE A LÍNGUA: A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS, DAS POLÍTICAS ÀS PRÁTICAS ALGUNS APONTAMENTOS

Stela Cabral de Andrade

Ernani Coimbra de Oliveira (2) e Isabel Cristina Adão (3)

IFSUDESTEMG/ Universidade Federal Fluminense – stela.andrade@ifsudestemg.edu.br

Resumo:

Este trabalho se constitui em um recorte da tese desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem na UFF na linha História, Política e Contato linguístico. O crescente aumento de pesquisa sobre políticas públicas para minorias e diversidade, em particular as que propõe resgatar e garantir direitos à população historicamente excluída, se apresenta como fruto das transformações sociais, políticas, econômicas e culturais das últimas décadas e a análise dessa produção lança luz sobre a efetividade das políticas no que se refere à alteração das dinâmicas e da representação social desses sujeitos. Ao refletirmos sobre as diferentes formas de intervenção humana sobre as línguas, buscamos evidenciar as consequências dessas ações nas relações sociais, de modo a tornar possível não apenas lançar luz sobre a ausência de neutralidade no que se refere à condição em que se encontra as línguas e seus usuários, mas sobremaneira auxiliar na produção de novos paradigmas bem como na construção de diferentes representações tanto sobre a língua quanto sobre seus usuários, pensando de forma mais específica as línguas em condição minorizada e seus usuários. Ampliar o olhar para as questões em torno dos diferentes aspectos de natureza política, social, educacional, econômica e cultural é fundamental para definir o lugar e a condição sobre as quais a língua e seus usuários se encontram. As decisões políticas em torno da escolha da língua, são assim fundamentais para o estabelecimento, e conseqüentemente a alteração, das condições tanto da língua quanto de seus falantes, de modo que mesmo a ausência de políticas para a LS se constitui numa ação de intervenção sobre ela. Entre nossas referências destacam-se os trabalhos de Cooper (1997), Calvet (2007) e Guespin & Marcellesi (1986).

Palavras-chave: LÍNGUA DE SINAIS; POLÍTICA LINGUÍSTICA; LÍNGUA MINORITÁRIA

Introdução:

Um transplante de coração foi negado a uma mulher turca de 56 anos numa clínica de Hanôver sob a alegação de que seu desconhecimento do alemão (comum entre os Gastarbeiter [trabalhadores imigrantes]) tornava perigoso o processo de recuperação. A clínica defendeu a decisão: a paciente poderia não entender as prescrições dos médicos, tomar o remédio errado e ser incapaz de obter ajuda caso apresentasse complicações. O ministro da saúde

declarou (Sunday Telegraphy, 27/8/2000) que no futuro, em casos semelhantes, a clínica deveria encontrar uma solução mais prática.¹

Muitas vezes, ao pensar sobre política linguística, o primeiro sentido que relacionamos se refere a uma ação ou intervenção do Estado ou de alguma instituição específica agindo em nome de algo alheio e distante de nós. O exemplo de Spolsky (2004) nos permite ampliar a compreensão das ações políticas em torno da língua e perceber o quanto a questão está próxima de nós e se dá cotidianamente por todos os falantes embora muitas vezes não sejam compreendidas como atitudes de intervenção sobre a língua nem seus efeitos sejam percebidos, ou questionados como tal. O exemplo nos mostra que ao lidar com a diferença de línguas, mesmo hospitais e médicos realizam política linguística cujos efeitos, naquele caso, representavam a vida ou a morte para os pacientes.

Vários outros exemplos de ações de intervenção sobre a língua nos permitiria ilustrar a questão, possibilitando concluir que os efeitos das disputas entre as línguas são antes de tudo as disputas entre seus falantes. Essas disputas, que acontecem em diferentes campos, não são apenas linguísticas, embora muitas vezes aconteçam em outros campos como religioso, político, social, cultural e educacional, elas têm em alguns casos a língua como instrumento. Embora as línguas não causem propriamente guerras como bem nos aponta Spolsky (2004) elas têm se constituído em fator importante de exclusão e manutenção das diferenças entre os usuários, sobretudo quando voltamos nosso olhar para os usuários de línguas minoritárias ou em condição minorizada.

A ideia fortemente difundida entre nós de que moramos em um país monolíngue, em que todos falam uma só língua torna opaca a condição da língua como instrumento de poder, e diminui nossa capacidade de perceber o quanto a competência linguística tem sido utilizada como instrumento para definir quem são os falantes autorizados cuja fala se constitui legítima. Embora não se trate de uma questão simples ela é facilmente observável quando ampliamos a questão para a condição dos indivíduos usuários de outra língua que não a língua majoritária. Independente da língua sobre a qual lançamos o olhar percebe-se que a dinâmica do poder não se altera, uma vez que o que está efetivamente em jogo não é a língua propriamente dita, mas o prestígio, ou não, de seus falantes.

Partindo da concepção de que as produções linguísticas adquirem valor conforme o contexto social e cultural em que estão inseridas, concebemos que as relações sociais entre falantes e ouvintes se constituem como fundamentais para o estabelecimento das regras que governam os atos de linguagem considerados apropriados. É possível afirmar que a presença destas regras é importante não apenas para o falante mas para o ouvinte que estabelece alguma expectativa em relação à produção linguística do falante, já que nem todos os membros da sociedade têm acesso a todas as variedades linguísticas e nem a todos os conteúdos referenciais. De modo que podemos afirmar que,

as pessoas falam para serem “ouvidas”, às vezes para serem respeitadas e também para exercer uma influência no ambiente em que realizam os atos

¹SPOLSKY, Bernard. 2004, p.1.

linguísticos. O poder da palavra é o poder de mobilizar a autoridade acumulada pelo falante e concentrá-la num ato linguístico².

Nesse sentido, para Gnerre (2012) a língua padrão se caracteriza por um sistema comunicativo que não se encontra ao alcance de toda sociedade, mas apenas de uma parte reduzida de seus integrantes, que enquanto sistema, se associa a um patrimônio cultural apresentado como um corpus definido de valores fixados na tradição escrita sustentada, inclusive na manutenção da própria exclusão, o que impossibilita o tratamento do fenômeno sem o tratamento das questões que lhe dão causa.

Assim, evidencia-se a relação estabelecida em torno do valor definido a uma língua ou uma variedade linguística, em virtude do valor de seus falantes. Segundo Gnerre esse valor se relaciona diretamente ao poder e a autoridade que estes usuários da língua ou da variedade prestigiada têm nas relações econômicas, sociais e políticas que estabelecem, de modo que,

se as pessoas podem ser discriminadas de forma explícita (e não encoberta) com base nas capacidades linguísticas medidas no metro da gramática normativa e da língua padrão, poderia parecer que a difusão da educação em geral e do conhecimento da variedade linguística de maior prestígio em particular é um projeto altamente democrático que visa a reduzir a distância entre grupos sociais para uma sociedade de “oportunidades iguais” para todos³.

Contudo, o autor nos lembra que esse suposto projeto democrático sustenta ao mesmo tempo o projeto de redefinição constante de uma norma e de um novo consenso para ela em que as alterações na realidade sócio-histórica implicam e exigem uma contínua redefinição da norma, de modo que nessa dinâmica, os indivíduos que passam nesse processo são considerados diferentes dos que não o conseguiram. O domínio da norma se constitui assim como fator fundamental para manutenção das condições de acesso dos indivíduos às posições privilegiadas de fala legítima, da mesma forma, que a ausência dessa “virtude” se constitui no impedimento do acesso às mudanças e *“constituem um contingente social de apoio aos fundamentos da discriminação com base na legitimação do saber e da língua de que eles (formalmente) dispõem”*⁴.

Ao refletirmos sobre as diferentes formas de intervenção humana sobre as línguas, buscamos evidenciar as consequências dessas ações nas relações sociais, de modo a tornar possível não apenas lançar luz sobre a ausência de neutralidade no que se refere à condição em que se encontra as línguas e seus usuários, mas sobremaneira auxiliar na produção de novos paradigmas bem como na construção de diferentes representações tanto sobre a língua quanto sobre seus usuários, pensando de forma mais específica as línguas em condição minorizada e seus usuários.

2 GNERRE, Maurizio. 2012, p.05.

3 *Idem*, p. 28.

4 *Idem*, *ibidem*.

Compreender o sujeito enquanto usuário de uma língua minorizada ou de uma variedade da língua que não seja a considerada padrão, nos exige um olhar mais atento dos aspectos macro da realidade em torno desses sujeitos, bem como das políticas em torno dessa língua ou variedade. No que se refere especificamente às discussões sobre a Língua de Sinais e seus usuários, ao incluirmos os sujeitos surdos como membros de uma comunidade linguística minoritária, a condição de não ouvinte deixa de ser o centro, de modo que as questões em torno do sujeito e da língua passam a ser decisivas para a compreensão da situação destes indivíduos e, por sua vez, são obviamente definidoras da condição em que se encontra a língua, não sendo possível desvinculá-la do contexto histórico-político.

Ampliar o olhar para as questões em torno dos diferentes aspectos de natureza política, social, educacional, econômica e cultural é fundamental para definir o lugar e a condição sobre as quais a língua e seus usuários se encontram. As decisões políticas em torno da escolha da língua, são assim fundamentais para o estabelecimento, e conseqüentemente a alteração, das condições tanto da língua quanto de seus falantes, de modo que mesmo a ausência de políticas para a LS se constitui numa ação de intervenção sobre ela.

Os discursos presentes nas mídias e na sociedade de um modo geral, têm sido fundamentais na promoção de sentidos e condicionado a manutenção de valores cuja compreensão sobre a língua ou variedade não padrão, se apresenta desprestigiada e muitas vezes marginalizada. Nesse sentido, Jessé de Souza (2018) traz uma importante colaboração ao discorrer sobre as ações práticas das hierarquias morais “invisíveis” e nos aponta que, embora elas não sejam conscientemente refletidas pelos atores que sofrem sua eficácia, produzem conseqüências avassaladoras para o comportamento humano e são assim definidoras do estabelecimento de padrões de normalidade, igualdade e diferença.

Assim nos apresenta o autor:

Bourdieu havia compreendido, a partir do estudo da sociedade francesa, a centralidade do preconceito estético para a legitimação dos privilégios das classes abastadas, por oposição às classes populares, apesar da regra jurídica da igualdade. Para o burguês que pode comprar uma garrafa de vinho de 15 mil reais, o bolso cheio se transforma em um mero acaso feliz. Sua distinção e superioridade inatas ficariam comprovada pela “fruição estética” diferencial que o afasta, aos seus olhos e de seus pares, de todos aqueles seres animalizados que gostam de cachaça e cerveja barata. Os privilégios de classe ganham, nesse contexto, uma legitimação que é conferida pelas redes de identificação de classe com os pares e de preconceito de classe contra os de baixo. São essas redes de identificação e preconceito que irão definir as interações sociais reais de modo muito mais decisivo que os princípios legais da igualdade formal prevista em lei.⁵

Embora iguais em direito segundo as legislações, a sociedade apresenta uma estrutura de funcionamento que divide os indivíduos em categorias que variam de acordo com o que o autor denomina de “personalidade sensível”, que nada mais é do que a divisão entre os que possuem

⁵ SOUZA, Jessé de. 2018, p.21.

espíritos superiores, evoluídos e os demais, inferiores e, portanto, menos humanos, apresentados por Jessé de Souza, como “sub-cidadãos”. Entre os critérios usados para o estabelecimento desse lugar, poderíamos citar a cor de pele, o gênero, a orientação sexual, as classes sociais e, sem dúvida, o uso de uma língua ou variedade linguística. Essas hierarquias morais invisíveis são determinantes na definição do comportamento humano, sendo responsáveis pelas escolhas e definição de valores e práticas, contudo, na maioria das vezes pouco ou nada conscientes.

Como nos lembra Sawaia (2001), “*os excluídos não são simplesmente rejeitados física, geográfica ou materialmente, não apenas do mercado e de suas trocas, mas de todas as riquezas espirituais, seus valores não são reconhecidos, ou seja, há também uma exclusão cultural*”, de modo que dentro das diferentes formas de exclusão podemos falar da exclusão através da língua ou variedade linguística.

A proposta do trabalho é, portanto, lançar luz sobre essas hierarquias invisíveis na tentativa de auxiliar na promoção de práticas mais conscientes no que se refere aos sujeitos surdos e à Língua de Sinais. O fato de termos falantes de diferentes línguas ou variedades diferentes na sociedade em si não se apresentaria problemática. A mera existência de falantes de línguas ou variedades diferentes não se constituiria em problema, de modo que Ninyoles (1991) nos lembra que falar de indivíduos, e/ou línguas/variedades em contato não quer necessariamente dizer de homens em conflito, de modo que, segundo o autor, não há conflito linguístico sem línguas em contato, porém há línguas em contato sem que necessariamente exista a situação de conflito. O autor nos traz uma contribuição importante para pensar a questão ao nos apresentar o conceito de conflito linguístico:

Que se entende aquí por “conflicto linguístico”? Resulta fácil dar uma definición práctica de acordo co sentido común. A expresión “conflicto linguístico” adopta com frecuencia un uso emocional. Neste sentido, a expresión funciona em termos dunha certa “denuncia” ou “desmistificación” dunha determinada realidade máis ou menos perturbadora. Em xeral, son poucos os autores que teñen feito do termo un uso explícito. As referencias circunstanciais adoitan implicar essa dimensión emocional. (Ninyoles, Rafael. Estrutura social e política linguística, 1991, pg. 61)

Desta forma, a expressão conflito linguístico nos permite evidenciar um ponto fundamental para nossa pesquisa: a interseção entre língua e contexto social, nos possibilitando que voltemos nosso olhar para aspectos determinantes do lugar e da condição em que se encontram as línguas e seus usuários dentro do cenário social.

O autor nos chama atenção para a necessidade de examinar o fenômeno do conflito linguístico como um dos fatores determinantes da dinâmica política, o que segundo ele, deve ser feito a partir de 3 premissas. A primeira delas se dá através da relação dos fatores linguísticos com a estrutura social, em que se pode perceber que a capacidade linguística, define e é definida pelo lugar que o sujeito ocupa

na posição social. A segunda se refere à diferenciação de estruturas, em que a importância da competência linguística varia de forma considerável conforme a estrutura social e a atividade econômica desenvolvida. O terceiro aspecto se refere ao fato de que a utilização e o domínio dessa língua se constitui como responsável por promover o acesso às condições diferenciadas de poder e prestígio e desta forma se apresenta como preocupação de ordem pública. Assim, para que o conflito linguístico se manifeste é preciso que o fator linguístico seja o condicionante do acesso dos indivíduos às condições de autoridade e poder.

Isso posto é preciso destacar que a coexistência de grupos usuários de línguas/variedades diferentes em si não se constitui em conflito se a igualdade linguística venha seguida por uma igualdade social efetiva dos grupos linguísticos, de modo que a utilização de outra língua/variedade em si não seja determinante do lugar a que os sujeitos estarão estabelecidos dentro da estrutura social. É possível afirmar a partir das colaborações do autor que, quanto mais fechada a sociedade no que se refere às estruturas sociais, ou menor a separação entre elas, menos a diferenciação linguística exerce poder como fator decisivo, na mesma mão em que, quanto mais estratificada, maior a diferenciação linguística se apresenta como um fator validador dessa segregação, ou seja, quanto menos qualificado o trabalho, menor se constitui a influência das competências linguística para ocupação desse lugar.

Nesse sentido, quando observarmos a situação da LS e dos indivíduos surdos no país o que se observa é um profundo abismo entre os sujeitos, em que pese afirmar que não se poderia atribuir à questão econômica toda a responsabilidade pela distância entre os indivíduos surdos e ouvintes. Os fatores e as pré-condições sociais, morais, culturais, educacionais e emocionais responsáveis pela marcação dos lugares a que cada sujeito estará vinculado, são culturalmente invisibilizadas e desta forma, acabamos promovendo, ao cabo, uma confusão entre causa e efeito.

Jesse de Souza (2018) nos chama a atenção que ao não levarmos em consideração os fatores não econômicos da desigualdade, estamos na verdade tornando invisíveis as duas questões centrais que nos permitiria compreender o fenômeno da desigualdade social: a forma como ele nasce e como se reproduz ao longo do tempo.

A deficiência como parte da condição humana

A dialética inclusão/exclusão tem circulado frequentemente nos discursos e faz parte do vocabulário cotidiano do senso comum, contudo, embora o conceito se apresente popular e tão corriqueiro, se constitui ambíguo e profundamente impreciso, tendo, todavia, sido objeto de estudos em diferentes campos. Para Sawaia (2001) ele tem sido utilizado, conforme apresentou Morin e Castel, como um “conceito mala ou bonde”, já que responde por qualquer fenômeno social, provocando consensos, sem que o usuário saiba ao certo o significado que está em jogo. Embora diferentes autores utilizem o conceito sustentados em variáveis perspectivas, compartilhamos a compreensão de Sawaia sobre a questão. Segundo a autora,

A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico⁶.

Nessa perspectiva a proposta da autora é de que em vez de discutirmos a exclusão, é necessário nos atentarmos para a dialética inclusão/exclusão uma vez que só através dela é possível perceber “*as filigramas do processo que liga o excluído ao resto da sociedade no processo de manutenção da ordem social*”⁷, desmistificando as interpretações historicamente divulgadas que sustentam os discursos do senso comum e reduzem a discussão à questões de justiça social, restritas à crise do Estado e que se baseariam na compreensão da exclusão como um descompromisso político com o sofrimento do outro.

Nesse sentido, a exclusão se apresenta como um complexo processo, multifacetado por múltiplas dimensões entre as quais destaca-se as políticas, sociais, econômicas, materiais, subjetivas e objetivas e por essa razão, requer ser observado a fim de que possamos minimizar as consequências e promover enfrentamos efetivos dos efeitos perversos que provoca na organização social, embora seja importante lembrar que a exclusão se constitui em parte do funcionamento social e se apresenta como um produto do sistema capitalista.

Desta forma, mesmo diante da complexidade que o uso do termo exige, falar de surdez, de Língua de Sinais ou de sujeito surdo é, sem dúvida, falar de exclusão em múltiplos aspectos que transcende meramente a questão econômica. É preciso, desse modo, refletir sobre os aspectos sociais advindos da interação desses sujeitos com os demais membros da sociedade ouvinte, sem deixar de lados os aspectos políticos em torno da língua e das políticas que têm sido (ou não) produzidas em favor de seu uso e estruturação, tanto nas esferas mais amplas com a produção de leis próprias para tratar a questão, quanto ações mais específicas de intervenção cujo fim seja a produção de mecanismos que garantam o uso efetivo da Língua e acesso às condições efetivas de cidadania de seus usuários.

Se considerarmos que quase um quinto da população mundial apresenta algum tipo de deficiência, a materialização da exclusão se torna ainda mais concreta e a deficiência uma característica menos incomum tendo em vista que acomete um em cada cinco habitantes. Segundo dados do primeiro Relatório Mundial sobre a deficiência realizado pela Organização Mundial da Saúde e Banco Mundial em 2011, as primeiras estimativas globais das pessoas com deficiência apontam que quase um quinto do total da população mundial vive com deficiência ou dificuldades significativas. O relatório evidencia que poucos países dispõem de mecanismos adequados para dar resposta às necessidades das pessoas com deficiência, de modo que entre as principais barreiras estão o preconceito e a discriminação, a falta de cuidados de saúde adequados, serviços de reabilitação e de

6 SAWAIA, Bader. 2001, p.8

7 Idem, p.12.

transportes acessíveis, edifícios e tecnologias de informação e comunicação. Como resultado dessa ausência, as pessoas com deficiência dispõem de uma saúde mais precária, menor aproveitamento escolar, poucas oportunidades econômicas e elevadas taxas de pobreza quando comparadas às pessoas sem deficiência.

Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) de 2011 apontam que mais de 1 bilhão de pessoas vivem com alguma deficiência no mundo, cerca de 15% da população mundial, destes, cerca de 85 milhões estão na América Latina, de modo que $\frac{1}{4}$ da população latino-americana apresenta alguma deficiência. No Brasil o IBGE aponta em 2010 existam mais de 45 milhões de pessoas com alguma deficiência, em que mais de 9 milhões, apresentavam alguma deficiência auditiva, o que corresponderia a 5,1% da população brasileira à época. No que se refere à população mundial a OMS estima que 42 milhões de pessoas acima de três anos de idade são portadoras de algum tipo de deficiência auditiva, de moderada a profunda. No Brasil a surdez e a perda auditiva ocupam o terceiro lugar entre todas as deficiências do país.

No que se refere especificamente à questão da LS e dos indivíduos não ouvintes, a diferença entre as condições de escolarização ofertadas aos sujeitos surdos e ouvintes é, sem dúvida, uma das principais causas da manutenção do abismo entre os dois grupos no que se refere ao acesso às garantias constitucionais que efetivam a condição de cidadãos em nosso país. Embora os dados sobre a questão da escolarização dos surdos sejam bastante difusos e desorganizados, tomamos como referência os dados da OMS e do IBGE, promovendo um cruzamento destes com os números da formação e seleção de professores surdos no país e informações do MEC sobre surdos nos diferentes níveis de ensino no país e, embora se mostre necessário um maior investimento na catalogação destes dados, a situação, por todos os ângulos que a questão permite observar, se apresenta assustadora.

Confirmando o que o Relatório já apontava, no que se refere à escolarização, observamos que as crianças com deficiência têm menor probabilidade de ingressar na escola que as crianças sem deficiência e apresentam menores taxas de permanência na escola. Segundo a Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCDE), a taxa de emprego das pessoas com deficiência (44%) é pouco maior do que a metade da taxa para as pessoas sem deficiência (75%).

Chama-nos a atenção o fato de que entre os indivíduos brasileiros que afirmam possuir alguma dificuldade auditiva, estimativas feitas por associações relacionadas à questão da surdez, apontam que 70% não entendem bem a Língua Portuguesa. Embora os dados sobre a população surda no Brasil sejam precários e pouco sistematizados é preciso lançar luz sobre as condições em que se encontram esses sujeitos nos diferentes níveis de ensino uma vez que toda a estrutura do ensino brasileiro se dá através da LP como L1 o que inviabiliza o aprendizado dos sujeitos surdos e acaba por manter a LS como um mero instrumento de comunicação.

As políticas linguísticas como ação de intervenção contra a desigualdade

As políticas linguísticas no Brasil são herdeiras de um pensamento que ganhou força a partir do século XIX, de que o Estado Nacional corresponderia a uma língua e a um território, fomentando o ideal monolíngue como condição da construção e manutenção da unidade do Estado. Contudo, o mito do monolingüismo apaga, vigorosamente, as minorias linguísticas e coloca às margens os sujeitos usuários de uma língua (ou de uma variedade) sem prestígio. As condições de ordem econômica, política e social a que estão submetidos esses indivíduos aumenta o abismo entre os usuários de variedades de menor prestígio ou de uma língua minoritária, de modo que, quanto maior a estratificação social dessa sociedade, maiores serão as distâncias entre os usuários da língua ou variedade de menor prestígio e os demais.

Como atividade essencialmente social, a língua é fortemente condicionada e moderada pelas condições sociais nas quais o indivíduo está submetido, por isso é preciso lembrar que ela se constitui em instrumento político capaz de refletir e conseqüentemente reproduzir as condições sociais e culturais de seus falantes. As línguas hegemônicas de um modo geral, estão associadas às classes dominantes, o que mantém às margens, os usuários de línguas e variedades em condição minoritária, estigmatizados. A atribuição de prestígio a uma determinada língua ou variedade eleita como nobre, passa a ser instrumento de dominação sobre as demais, tornando-se condição de variedade privilegiada, ganhando assim a alta condição social, e, deste modo, modificando seu status.

Nesse sentido, o comportamento linguístico se torna um indicador capaz de evidenciar a estratificação social, tornando possível diferenciar os grupos sociais através do uso da língua e das variedades por eles utilizadas. Em uma sociedade estratificada socialmente o domínio da variedade padrão ou de uma língua de prestígio se constitui como um fator de mobilidade social desses indivíduos, uma vez que, ao dominar uma língua ou a variedade de prestígio, o indivíduo passa a ter possibilidades de ascensão à níveis mais elevados de ensino e conseqüentemente às condições melhores de trabalho, sendo possível em alguns casos, como no caso dos sujeitos surdos, tornar efetivo a garantia do exercício pleno de sua condição de cidadão.

Carboni & Maestri (2012) nos lembra que nas sociedades contemporâneas a manutenção da submissão das classes historicamente exploradas é feita apoiando-se no consenso difundido, e na maioria das vezes pouco questionado, sobre justiça, equidade, inevitabilidade e naturalidade da sociedade de classes. Nesse sentido percebemos que a construção e consolidação do consenso acerca da sociedade de classes de sujeitos subordinados não emerge da aceitação subjetiva à subordinação, por parte daqueles que são oprimidos pelas construções ideológicas das classes dominantes, mas se constitui como fruto das inversões objetivas do mundo social.

A exploração e o domínio do homem sobre o outro e sobre a realidade têm historicamente se apresentado como um fator importante na divisão social entre explorados e exploradores, incluídos e excluídos, dominados e dominadores. Essa dominação tem sido feita historicamente de diferentes formas, inclusive através da língua(gem), que, como fenômeno essencialmente social e histórico, se

apresenta como produto e expressão da consciência real e prática das relações sociais e assim encontra-se fortemente vinculada aos aspectos políticos da sociedade.

Nesse sentido, a visão que é aceita pela sociedade brasileira, que percebe a língua como um “*sistema homogêneo e unitário, desenvolvido pelos melhores escritores nacionais e fixado pelos gramáticos, para ser seguido e usado por todos aqueles que desejem falar e escrever bem*”⁸ tem se constituído em um importante instrumento para a promoção da discriminação e sobremaneira, para manutenção das condições desiguais de acesso e permanência de usuários de línguas minoritárias e/ou variedades não privilegiadas, à condições realmente iguais aos bens de consumo e acesso à cidadania de modo geral.

As diversas abordagens que a sociedade faz da ação, conscientes ou inconscientes sobre a linguagem e sobre a língua, ao legislar sobre seu status, quanto sobre a fala, quando, por exemplo, se estabelece valores a determinadas variedades linguísticas em detrimento de outras que se tornam estigmatizadas, quanto sobre o discurso, ao determinar um tipo textual como privilegiado para o ensino na escola e descartando para as margens os demais, são ações que contribuem para a transformação, ou não, da condição da língua e de seus falantes e, desta maneira, precisam ser tomadas como ações glotopolíticas.

Guespin e Marcellesi nos aponta que seria necessário a existência de agentes “decididores” conscientes de que qualquer medida glotopolítica só se torna eficaz a partir da convicção dos usuários da língua, o que exige que esses usuários participem de forma ativa tanto na investigação das questões quanto nas discussões e nas decisões. A questão apontada para a implantação da política linguística, requer a compreensão de que o esforço não se dá apenas em se debater sobre a língua propriamente dita, mas sobre as relações de interação entre identidade social e as práticas de linguagem.

Uma ampla política de informação linguística é necessária, portanto, a fim de abalar as certezas demasiado cômodas e suscetíveis de bloquear o debate: a negação do direito do outro à fala, por exemplo, é largamente aceita; ora, dado que todo mundo é usuário da língua, todos podem se expressar sobre suas necessidades de linguagem, e seria importante que todos pudessem elaborar suas representações de linguagem na liberdade dada pelo conhecimento.⁹

Diante da compreensão do papel glotopolítico dos falantes e da percepção de que toda pesquisa sobre a língua se caracteriza como ação de intervenção sobre ela, concordamos com o Guespin e Marcellesi ao afirmar que os linguistas nem sempre estiveram conscientes do papel glotopolítico que desempenhavam. Segundo os autores, “*no século XIX eles se exilaram uma torre de marfim: fizeram investigações excelentes, mas alheias a qualquer utilidade social*”¹⁰ e desse modo,

8 LUCCHESI, Dante. 2015, p. 11.

9 *Idem*, p.3.

10 *Idem*, *ibidem*.

apagaram as lutas e disputas existentes na sociedade e que estavam refletidas e representadas na língua.

Conscientes da percepção da ação glotopolítica dos linguistas e das intervenções que suas pesquisas exercem sobre a língua, é preciso lembrar que os conceitos e os (pre)conceitos que orientam suas práticas, exercem uma forte influência no modo como a sociedade compreende a língua e seus usuários, promovendo transformações ou manutenções nas representações que sustentam nossa vida em sociedade, bem como no próprio funcionamento social.

Guespin e Marcellesi nos lembra que a política linguística é construída de atos discretos, como decisões, recomendações, criação de instâncias que têm como objetivo agir sobre um ou mais sistema linguístico, enquanto a ação glotopolítica, em contrapartida, se caracteriza pela ação constante sobre as práticas de linguagem.

Atos habitualmente considerados anódinos, pouco dignos de observação (por exemplo, a correção de um “erro com referência a uma norma), não são evidentemente da alçada de uma política linguística ou, mais exatamente, a pesquisa sobre a política linguística é perturbada pelos fatos dessa ordem: se o lugar da tomada de palavra for oficial, se a correção for feita por um professor, se o “erro” acarretar uma punição, o descritor definirá o fato como político; mas se a situação for informal, se o ambiente for familiar, se a correção tiver um valor de conselho, ele nada terá a registrar. Ora, a correção em função de uma norma é idêntica nos dois casos.¹¹

O conceito de glotopolítica nos permite observar que tanto as políticas propriamente ditas, quanto as repercussões, conscientes ou inconscientes, ativas ou passivas, dessas políticas, influenciam e são influenciadas deixando-nos à mostra o caráter único que orienta as duas situações descritas, e que acaba por englobar as políticas linguísticas como um caso particular de glotopolítica.

Assim, o fato glotopolítico vai dos atos minúsculos e familiares evocados acima até as intervenções mais visíveis: decisão sobre o direito de determinada categoria social ao uso da palavra, sob a modalidade que for (escrita, com cadernos de queixas; oral, com a participação num conselho de administração; televisiva, com o direito a programas editoriais em caso de candidatura etc)¹²

Calvet (2007), contudo já nos apontava para a necessidade de distinguir a política, compreendida como as decisões do poder, e a transformação delas em ação, compreendida por ele como planejamento. Embora alguns pesquisadores estabeleçam uma relação de subordinação entre a política e o planejamento, de modo que o planejamento se constituiria em uma aplicação da política linguística, Calvet (2007) nos aponta uma importante diferença sobre a questão no que se refere aos pesquisadores americanos e europeus. Segundo ele,

11 *Idem*, p. 12.

12 Guespin e Marcellesi, 1986, p.13-14.

Os primeiros têm tendência a acentuar sobre tudo os aspectos técnicos da intervenção sobre as situações linguísticas constituídas pelo planejamento, questionando-se muito pouco a respeito do poder que há por trás dos decisores. O planejamento lhes parece muito mais importante do que a política e tem-se, às vezes, a impressão de que eles fantasiam a possibilidade de um planejamento sem política.¹³

Os pesquisadores europeus, entre eles franceses, alemães e espanhóis, de modo contrário, estariam mais sensíveis às questões concernentes às relações de poder por trás das ações políticas e desta forma, estariam mais preocupados em observar aspectos relacionados às forças responsáveis pela definição das ações, lançando luz para os conflitos linguísticos e evidenciando o caráter social e político por detrás dessas intervenções. Nesse sentido, o conceito de glotopolítica proposto por Guespin e Marcellesi (1986) amplia a compreensão sobre a questão.

Para estes pesquisadores, o termo englobaria “*todos os fatos de linguagem em que a ação da sociedade reveste a forma do político*”¹⁴, de modo que todas as ações sobre a língua, sobre os usos e sobre as normas, sejam elas por parte do Estado ou de seus próprios falantes, se constituem em ações glotopolíticas. A proposição do termo lança luz sobre o fato de que toda forma de intervenção na língua e nos seus usos, produz consequências glotopolíticas. De modo que, falar de glotopolítica é falar de conflito, de escolhas e de posições.

Os autores franceses nos chamam a atenção para o fato de que para se ter políticas linguísticas eficazes é necessário que se promova, de forma paralela uma reflexão profunda sobre a política proposta, além da necessidade de se construir um conhecimento aprofundado sobre o processo de mudança linguística.

A língua, por sua vez, compreendida como objeto social, se apresenta como uma força ativa na sociedade usada para controlar as pessoas tanto quanto como forma de resistência ao controle, ou alternativa de mudar uma situação, e outras como instrumento de contra-dominação. Todavia, é preciso estar atento ao fato de que ela se faz e se (re) constrói à medida que está se formando, de modo que é certo afirmar que a história das línguas é, também, a história do controle das línguas, ou das tentativas de se conter e definir um caminho que se pretende ser traçado por elas.

Ao nos atentarmos para os efeitos das políticas públicas de diferentes ordens, entre elas linguísticas, educacionais, sociais, culturais e econômicas por exemplo, no que se refere às questões em torno das línguas e de seus usuários, é possível perceber o quanto essas ações promovem mudanças, e na mesma dimensão, são também responsáveis pela manutenção das condições desiguais entre os sujeitos usuários de língua ou variedade desprestigiada sobre a qual nenhuma, ou quase nenhuma política é aplicada.

13 Calvet, 2007, p. 17.

14 Guespin e Marcellesi, 1986, p.1.

Ao nos aproximarmos dos estudos sobre minorias linguísticas, as questões em torno da Língua de Sinais (LS) e de seus usuários se abrem numa dimensão diferente da que historicamente estes sujeitos estiveram vinculados e que boa parte dos estudos se sustentavam. Ao direcionarmos nosso olhar para a compreensão da Língua de Sinais como uma língua minoritária, a condição de não ouvinte dos sujeitos com ela envolvido, ou seja, a marcação estabelecida na deficiência auditiva de seus usuários, deixa de ocupar o centro, trazendo à tona os aspectos relativos ao uso de uma língua cuja comunidade de uso se constitui num grupo historicamente marginalizado, marcado por características que transcende a própria deficiência física.

A definição deste novo lugar para as questões em torno da Língua de Sinais (LS) e de seus usuários se conecta com as discussões em torno do campo dos estudos sobre minoria linguística que procuram lançar luz sobre diferentes aspectos, dentro os quais podemos destacar os políticos, linguísticos, históricos e sociais, no estabelecimento de padrões linguísticos e na escolha das normas que são responsáveis por sua vez, por estabelecer as variedades consideradas legítimas ou as línguas consideradas oficiais, decretando assim, o lugar “marginal” de tudo que não seja o padrão.

Ao propormos a inclusão das discussões sobre LS como língua minoritária e nos aproximarmos das discussões do campo das políticas linguísticas para línguas minorizadas, pretendemos nos distanciar da compreensão da surdez como deficiência e da LS como “língua recurso”, auxiliando na construção de novas abordagens para as questões em torno da LS e de seus usuários a fim de que a condição de falante de outra língua não se configure como uma variável determinante da posição desse sujeito dentro da estrutura social.

A desnaturalização das formas com que são tratadas as políticas e as práticas discriminatórias responsáveis pela manutenção do processo de exclusão dos sujeitos surdos, se apresenta urgente. Estabelecer políticas específicas no que se refere à LS, como formação de professores para o ensino da língua e a produção de materiais que permitam o efetivo uso nos diferentes âmbitos têm se apresentado como o primeiro caminho possível para que os usuários historicamente à margem do acesso aos direitos constitucionais, tenham garantidos o exercício da cidadania, rompendo a relação de subordinação, discriminação e subalternidade tão brutais.

Desse modo, esperamos que ao promover reflexões em torno da questão, a língua não se constitua mais como instrumento responsável por manter os sujeitos no caso os sujeitos usuários de uma língua minorizada ou variedade desprestigiada, na condição de subordinação e consequentemente, se torne possível a promoção de reflexões teóricas além do estabelecimento de políticas públicas que reconheçam a diversidade linguística e ajam positivamente sobre ela, permitindo que os usuários desses línguas/variedades, estejam integrados à sociedade de forma plena e que a integração não se dê apenas nos documentos oficiais.

Referência bibliográfica

- ARACIL, L.V. Sobre la situacion minoritária. IN: Dirlarealitat. Barcelona: Edicions Paisos Catalans, 1983, p.171-206.
- BOU RDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. 3. ed . São Paulo: Perspectiva, 1992.
- _____. A economia das trocas linguísticas. Trad. Paulo Montero. In: ORTIZ, R. Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1994.
- CALVET, Louis-Jean. As políticas linguísticas. Trad. Isabel de Oliveira Duarte; Jonas Tenfen; Marcos Bagno. São Paulo, Parábola Editorial: IPOL.2007.
- GNERRE, Maurizio. Linguagem, escrita e poder. 5ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.
- GUESPIN, Louis; MARCELLESI, Jean-Baptiste. Pourlaglottopolitique. In: Langages, 83, 1986, p. 5-34. Tradução de Marcos Bagno.
- LAGARES, Xoan Carlos. Minorias linguísticas, políticas normativas e mercados: uma reflexão a partir do galego. IN: LAGARES, Xoan Carlos e BAGNO, Marcos (orgs.) Políticas da norma e conflitos linguísticos. São Paulo: Editora Parábola, 2011, p.169-192.
- LUCCHESI, Dante. Língua e sociedade partidas: A polarização sociolinguística do Brasil. Editora Contexto. São Paulo: 2015.
- MILROY, James. Ideologias linguísticas e as consequências da padronização. In: LAGARES, Xoan Carlos e BAGNO, Marcos (orgs.) Políticas da norma e conflitos linguísticos. São Paulo: Editora Parábola, 2011, p.49-85.
- NINYOLES, Rafael L. Estructura social e política linguística. Vigo: Ir Indo, 1991.
- SAWAIA, Bader B. (Org.). As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- SOUZA, Jessé. A ralé brasileira: quem é e como vive. Contracorrente. 3ª ed.: São Paulo, 2018.
- SPOLSKY, Bernard: Language practies, ideology and beliefs, and management ande planning”, cap. 1 de Language Policy, Cambridge, Cambridge University Press, 2004, p.1-15. Tradução: Marcos Bagno (março 2018).